

Governo ameaça com paralisação

Bandeirantes quer anular ação e acusa Procuradoria de tentar prejudicar o setor

O governo de São Paulo desencadeou uma ofensiva na Justiça Federal para tentar abortar a ação civil da Procuradoria-Geral da República. É uma corrida contra o tempo. Se o governo não tiver sucesso nessa investida e o juiz Saraiva conceder a liminar ao MPF, o Palácio dos Bandeirantes terá de firmar convênio com o Ministério da Saúde para continuar recebendo as verbas do SUS.

A assinatura do acordo levaria alguns meses, uma vez que depende de uma série de medidas no âmbito político e jurídico. Há dez dias, o secretário estadual da Saúde, José da Silva Guedes, e o procurador-geral do Estado, Márcio Sotelo Felipe, fizeram uma visita ao juiz da 15ª Vara. O juiz deu prazo de 72 horas ao governo paulista para que se manifestasse nos autos. Depois, solicitou à Pro-

curadoria que apresentasse novas argumentações.

Para o MPF, a celebração do convênio, "longe de constituir um formalismo e uma burocracia inútil, como pretende fazer crer a ré (Fazenda do Estado), é um instrumento jurídico-legal fundamental à moralização, à boa gestão e utilização dos recursos do SUS, aliado a um eficiente controle e fiscalização federal".

O Palácio dos Bandeirantes contra-ataca: "O MPF está, irresponsavelmente, pretendendo a completa paralisação de todas as atividades relacionadas à saúde no Estado de São Paulo, com grave lesão à saúde, à ordem, à segurança e à economia públicas".

"Esta linha de argumentação não tem outra finalidade senão de causar impacto e amedrontar, pelas consequências catastróficas, qualquer iniciativa ao acatamento do pedido de liminar", rebate o MPF. "Não estamos pedindo que cessem os repasses de recursos da União ao Estado, mas, simplesmente, que cessem os repasses sem convênio".